



**MUNICÍPIO DE
BOA ESPERANÇA - ES**

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO

CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I - C E ANEXO II - TABELA 7 DA IN TC 34/2015 CÓD. 046 RELUCI



TABELA 7

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO

1. RELATÓRIO

Emitente: Controladoria-Geral do Município de Boa Esperança/ES

Gestor responsável: Vereador Pedro José Dutra Sobrinho

Exercício: 2015

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

1.1 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

7.1 Ponto de Controle: Despesa Pública – Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental que Acarrete Aumento de Despesa – Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro

Não visto.

7.2 Ponto de Controle: Despesa Pública – Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental que Acarrete Aumento de Despesa – Afetação das Metas Fiscais

Não se aplica.

7.3 Ponto de Controle: Déficit Orçamentário – Medidas de Contenção

Não houve qualquer das condições elencadas no art. 9º, da LC 101/2000 e, consequentemente, não foi necessária a contenção de déficit orçamentário.

7.4 Ponto de Controle: Execução de Despesas – Créditos Orçamentários

Não houve realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais, mas sim economia orçamentária, entre o total autorizado e executado.

7.5 Ponto de Controle: Créditos Adicionais – Autorização Legislativa para Abertura

Os créditos adicionais foram abertos com a devida autorização legislativa e com a indicação dos recursos correspondentes, autorizado pela LDO e na LOA (Lei Municipal nº 1.570/2014).

7.6 Pontos de Controle: Créditos Adicionais – Decreto Executivo

Os créditos adicionais (suplementar e especial) da Câmara estão autorizados pela Lei Municipal nº 1.570/2014, artigo 6º (suplementar 40%) e mediante lei específica para crédito suplementar especial no parágrafo único do mesmo artigo, e foram abertos mediante a edição dos Decretos Executivos nº 3.736/2015, nº 4.030/2015 e nº 4.046/2015:

Lei Autorizativa	Decreto Executivo (Lei 4.320/64, art. 42)	Natureza do Crédito (Lei 4.320/64, art. 41)	Origem do Recurso (Lei 4.320/64, art. 43, § 1º)	Classificação Funcional Programática			
				Dotação Suplementada	Valor	Dotação Anulada	Valor
1.570	3.736	Suplementar	Anulação de Dotação	0103100012.003 – 3.1.91.92.00	13.000,00	0103100012.003 – 3.1.91.13.00	13.000,00
1.570	4.030	Suplementar	Anulação de Dotação	0103100013.002 – 4.4.90.52.00	25.000,00	0103100013.003 – 4.4.90.51.00	25.000,00
1.570	4.046	Suplementar	Anulação de Dotação	0103100013.002 – 4.4.90.52.00	15.000,00	0103100013.003 – 4.4.90.51.00	15.000,00
Total dos Créditos Adicionais pela Lei 1.570					53.000,00		53.000,00

7.7 Ponto de Controle: Créditos Orçamentários – Transposição, Remanejamento e Transferências

Não houve transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

7.8 Ponto de Controle: Autorização Legislativa para Instituição de Fundos de Qualquer Natureza

Não houve instituição de fundos.

7.9 Ponto de Controle: Realização de Investimentos Plurianuais

Não houve investimentos cuja execução ultrapassasse um exercício financeiro.

7.10 Ponto de Controle: Créditos Extraordinários – Abertura

Não houve abertura de crédito extraordinário.

7.11 Ponto de Controle: Transparência na Gestão – Instrumentos de Planejamento e Demonstrativos Fiscais

A Câmara Municipal deu ampla divulgação quando da discussão e aprovação dos instrumentos: PPA, LDO e LOA, obedecendo aos prazos, bem como as sessões são abertas ao público para que todos possam ter acesso. As prestações de contas mensais e anual, RGF são devidamente publicados no átrio da Câmara Municipal, bem como no site e no Portal da Transparência (www.cmbe.es.gov.br). Não foram realizadas audiências públicas para discussão e aprovação dos instrumentos citados, porém, todos passaram pelas comissões permanentes da Câmara Municipal.

7.12 Ponto de Controle: Transparência na Gestão – Execução Orçamentária

Avaliando o Portal da Transparência (<http://www.cmbe.es.gov.br/frames/frame-transparencia.html>), verificamos que os dados referentes a licitação e processos de dispensa estão discriminados, com número do processo, descrição, fornecedor, valor, além de informações de aditivos contratuais. Também se encontra no Portal da Transparência os dados referentes a receita, que compreende o repasse do duodécimo pelo poder executivo, bem como de todas as despesas do legislativo.

7.13 Ponto de Controle: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – Elaboração

Os demonstrativos fiscais foram elaborados em observância às normas editadas pela STN.

7.14 Ponto de Controle: Contribuições Previdenciárias – Recolhimento

As contribuições previdenciárias estão sendo recolhidas corretamente, conforme resumo de folha de pagamento, bem como da Relação das Obrigações Patronais Liquidadas e Pagas – RGPS. Ressalta-se ainda que não há parcelamento de débitos previdenciários.

7.15 Ponto de Controle: Retenção de Impostos, Contribuições Sociais e Previdenciárias

Não visto. Será objeto de avaliação no decorrer do corrente ano.



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

7.16 Ponto de Controle: Pagamento de Precatórios

Não há precatórios devidos pela Câmara Municipal.

7.17 Ponto de Controle: Pagamento de Passivos – Ordem Cronológica das Exigibilidades

Os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.

7.18 Ponto de Controle: Cancelamento de Passivos

Não houve cancelamento de passivos.

7.19 Ponto de Controle: Registros Contábeis – Normas Brasileiras de Contabilidade

Os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP).

7.20 Ponto de Controle: Registro de Bens Móveis e Imóveis

As demonstrações contábeis conferem e evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis, estando compatível com os inventários anuais.

7.21 Ponto de Controle: Registro de Bens Permanentes

De acordo com avaliação, conforme documentos juntados a prestação de contas, os registros analíticos de bens de caráter permanente contém informações necessárias para sua caracterização.

7.22 Ponto de Controle: Despesa – Realização Sem Prévio Empenho

Não foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.

7.23 Ponto de Controle: Despesa – Liquidação

Foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63, da Lei Federal 4.320/64 para liquidação das despesas.

7.24 Ponto de Controle: Pagamento de Despesas Sem Regular Liquidação

Não houveram pagamentos de despesa sem regular liquidação.

7.25 Ponto de Controle: Despesa – Desvio de Finalidade

A Câmara não recebeu recursos vinculados.

1.2 GESTÃO PATRIMONIAL

7.26 Ponto de Controle: Disponibilidades Financeiras – Depósito e Aplicação



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

As disponibilidades financeiras são depositadas na conta nº 6.752.141, Agência 145 – Boa Esperança, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, conforme se pode observar pelo extrato bancário integrante da PCA.

7.27 Ponto de Controle: Registros Bens Móveis e Imóveis

Idem item 7.20.

7.28 Ponto de Controle: Cancelamento de Passivos

Idem item 7.18.

7.29 Disponibilidades Financeiras – Depósito e Aplicação

Idem item 7.26.

1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

7.30 Ponto de Controle: Despesa com Pessoal – Subsídio dos Vereadores – Fixação

A fixação ocorreu de uma legislatura para outra, conforme Lei Municipal nº 1.479, de 08 de outubro de 2012 e o valor são inferiores ao do Prefeito (Lei Municipal nº 1.478, de 08 de outubro de 2012).

7.31 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Subsídio dos Vereadores – Pagamento

Os pagamentos ocorrem em obediência aos limites da CF, conforme avaliado na PCA. Importante mencionar que o subsídio do Deputado Estadual, conforme Lei Estadual nº 10.317/2014, é R\$ 25.322,25 (Vinte e cinco mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos), já o subsídio do Vereador é R\$ 4.915,00 (Quatro mil novecentos e quinze reais). De acordo com o art. 29, inciso VI, 'b' da CF o subsídio máximo não poderá ser superior a 30% do subsídio dos Deputados Estaduais e de acordo com os valores informados conclui-se que atualmente corresponde a aproximadamente a 19,40%.

7.32 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Remuneração dos Vereadores

Valor do Subsídio dos Vereadores: R\$ 4.915,00 (Quatro mil novecentos e quinze reais)

Valor do Subsídio do Prefeito: R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais)

Valor da Receita Municipal de 2015: R\$ 32.731.872,90 (Trinta e dois milhões setecentos e trinta e um mil oitocentos e setenta e dois reais e noventa centavos).

De acordo com o art. 29, inciso VII da CF o valor referente a 5% da Receita Municipal totalizaria o montante de R\$ 1.636.593,64 (Um milhão seiscentos e trinta e seis mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos) aproximadamente. Calculando o total da despesa com a remuneração dos vereadores, de acordo com os valores informados acima, obtém-se o valor de R\$ 539.220,00 (Quinhentos e trinta e nove mil duzentos e vinte reais), correspondendo a 1,64% da



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Receita Municipal aproximadamente. Assim, conclui-se que os pagamentos obedeceram aos limites fixados.

7.33 Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal – Despesa Total

A Câmara recebe a título de Duodécimo o percentual de 7% previsto no Art. 29-A, inciso I da CRFB. O valor recebido foi de R\$ 1.545.024,37 (Um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil vinte e quatro reais e trinta e sete centavos) e o total gasto foi de R\$ 986.385,97 (Novecentos e oitenta e seis mil trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

7.34 Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal – Despesa com Folha de Pagamento

De acordo com os documentos juntados a PCA, o valor gasto com folha de pagamento em 2015 foi R\$ 986.385,97 (Novecentos e oitenta e seis mil trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos). A receita da Câmara em 2015 foi de R\$ 1.545.024,37 (Um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil vinte e quatro reais e trinta e sete centavos), correspondendo a um percentual aproximado de 63,84%, gasto com folha de pagamento.

7.35 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Abrangência

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal, parte integrante da PCA, todas as despesas com pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.

7.36 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Limite

A despesa com pessoal totalizou o montante de R\$ 986.385,97 (Novecentos e oitenta e seis mil trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), a Receita Corrente Líquida perfaz o valor de R\$ 32.731.872,90 (Trinta e dois milhões setecentos e trinta e um mil oitocentos e setenta e dois reais e noventa centavos), assim, o percentual gasto é de 3,013%, estando dentro do limite previsto na LRF.

7.37 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Descumprimento de Limites – Nulidade do Ato

Não houve atos que provocassem aumento de despesas com pessoal sem observar a legislação.

7.38 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Aumento Despesas nos Últimos 180 Dias do Fim de Mandato – Nulidade do Ato

Não se aplica para o exercício em análise. O ano que corresponde ao fim do mandato será 2016, tanto para eleições municipais, quanto para o biênio da Presidência da Casa.

7.39 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Limite Prudencial – Vedações

As despesas totais com pessoal não excederam 95% do limite prudencial permitido pela LRF.



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

7.40 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Extrapolação do Limite – Providências

As despesas totais com pessoal não ultrapassaram o limite.

7.41 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Expansão de Despesas – Existência de Dotação Orçamentária – Autorização na LDO

Foi observada prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

7.42 Ponto de Controle: Despesas com Pessoal – Medidas de Contenção

Não houve extrapolação dos limites prudencial e máximos previstos na LRF.

7.43 Ponto de Controle: Obrigações Contraídas no Último Ano de Mandato

Não se aplica para o exercício em análise.

1.4 DEMAIS ATOS DE GESTÃO

7.44 Ponto de Controle: Pessoal – Função de Confiança e Cargos em Comissão

Não visto.

7.45 Ponto de Controle: Pessoal – Função de Confiança e Cargos em Comissão

Não existe na Câmara Municipal lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidor de carreira.

7.46 Ponto de Controle: Pessoal – Contratação por Tempo Determinado

Não existe pessoal em contratação por tempo determinado.

7.47 Ponto de Controle: Pessoal – Teto

O teto remuneratório obedece ao disposto no art. 37, XI, da CF, não havendo remuneração e subsídio de servidores superiores ao subsídio do Prefeito Municipal.

7.48 Ponto de Controle: Realização de Despesas Sem Previsão em Lei Específica

Não houve pagamentos de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons, não autorizados por lei específica.

7.49 Ponto de Controle: Segregações de Funções

Dentro dos limites da Câmara Municipal, o princípio da segregação de funções é observado, para que cada atividade relacionada a autorização, execução, fiscalização, contabilização sejam executadas



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

por servidores distintos na medida das possibilidades existentes diante do quadro de funcionários atual da mesma, contando com apenas 09 servidores no total.

7.50 Ponto de Controle: Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Não visto. Será objeto de avaliação no decorrer do corrente ano.

7.51 Ponto de Controle: Despesa – Realização de Despesas – Irregularidades

Não foram realizadas despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.

ANEXO II - TABELA 7 DA IN TC 34/2015 - CÓD. 046 RELUCI

1.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária.

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
7.1	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício e nos dois subsequentes foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	Não
7.2	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	Sim
7.3	Déficit orçamentário – medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário.	Sim
7.4	Execução de despesas – créditos orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Sim
7.5	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e	Sim



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

		Lei nº 4.320/64.	sem indicação dos recursos correspondentes.	
7.6	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei, foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Sim
7.7	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	Sim
7.8	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Sim
7.9	Realização de investimentos Plurianuais	CRFB/88, art. 167, §1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Sim
7.10	Créditos extraordinários - Abertura	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Sim
7.11	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros? Foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Sim
7.12	Transparência na gestão – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art. 48-A da LRF.	Sim
7.13	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – Elaboração	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Sim
7.14	Contribuições previdenciárias – recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo	Sim



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

			recolhidas regularmente e o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	
7.15	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Não
7.16	Pagamento de precatórios	CRFB/88, art. 100.	Avaliar se os pagamentos de precatórios previstos na LOA obedeceram as disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88.	Sim
7.17	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Sim
7.18	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Sim
7.19	Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade	Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16.	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Sim
7.20	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Sim
7.21	Registro de bens Permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Sim
7.22	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Sim
7.23	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Sim



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

7.24	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Sim
7.25	Despesa – desvio de Finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Sim

1.2 Gestão Patrimonial

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
7.26	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Sim
7.27	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Sim
7.28	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Sim
7.29	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Sim

1.3 Limites Constitucionais e Legais

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
7.30	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI. Art. 29.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Sim
7.31	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se os pagamentos de subsídios aos vereadores obedeceram os limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Sim
7.32	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Sim
7.33	Poder Legislativo Municipal – despesa total	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao	Sim

RELUCI - CGM - Exercício/2015 - Cód. 046 - pág. 12



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

			somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	
7.34	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de Pagamento	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Sim
7.35	Despesas com pessoal – abrangência.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Sim
7.36	Despesas com pessoal – Limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Sim
7.37	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Sim
7.38	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Sim
7.39	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Sim
7.40	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências	LC 101/2000, art. 23.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, as medidas saneadoras previstas no artigo 23 foram adotadas.	Sim
7.41	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e	Sim



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

			mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	
7.42	Despesas com pessoal – medidas de contenção	CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Havendo extrapolação dos limites prudencial e máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, as medidas de contenção previstas no artigo 168 da CRFB/88 foram observadas.	Sim
7.43	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Sim

1.4 Demais Atos de Gestão

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
7.44	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Não
7.45	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, a legislação específica está sendo observada.	Sim
7.46	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observa se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Sim
7.47	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Sim
7.48	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não	Sim



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

			autorizados por lei específica.	
7.49	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Sim
7.50	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Não
7.51	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Sim

2. Auditorias Realizadas

A Controladoria-Geral do Município, desincumbindo-se de suas funções, aplicou técnicas de auditoria na verificação dos procedimentos de controle específicos, não obstante as Normas e Procedimentos Internos da Administração Pública do Município de Boa Esperança/ES encontram-se em fase de elaboração e implantação, razão esta que impossibilitou a realização de auditorias.

3. Impropriedades Constatadas

Não foram constatadas impropriedades no exercício de 2015 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item “2” anterior e em vista dos procedimentos verificados no item “1” deste relatório.

4. Proposições

Não foram apresentadas proposições ao gestor responsável em face da ausência de registro de impropriedades, entretanto, reforçamos as medidas para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno na administração pública.

5. Parecer Conclusivo



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Pedro José Dutra Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Boa Esperança/ES, relativa ao exercício de 2015, com objetivo de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam **adequadamente** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

5.1 Ressalvas

A Prestação de Contas Anual da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES foi recebida nesta Controladoria-Geral no dia 02 de março de 2016, através do Ofício CMBE nº 028/2016, já o Inventário Anual de Bens Imóveis e cópia de Decretos Municipais foram recebidos no dia 18 de março de 2016, através do Ofício CMBE nº 044/2016.

Atualmente a Controladoria-Geral do Município conta com uma equipe de 02 (dois) servidores, conforme quadro de pessoal descrito abaixo:

Quantidade	Cargo	Formação
01	Controlador-Geral do Município	Direito
01	Contador	Ciências Contábeis

RELUCI - CGM - Exercício/2015 - Cód. 046 - pág. 16



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

O Portal da Transparência tem por objetivo disponibilizar informações sobre a gestão no que tange a execução orçamentária e financeira em tempo real, possibilitando a qualquer cidadão verificar a correta aplicação dos recursos públicos. Deste modo, o Portal da Transparência do Município vem sofrendo mudanças desde o exercício de 2015 para atender as demandas do cidadão e as legislações existentes. No exercício de 2015 o Portal da Transparência teve melhorias significativas e atualizações constantes, tais como podemos destacar: Convênios e Contratos/Aditivos, Licitações, Despesa com Pessoal etc.

A Controladoria-Geral do Município vem cumprindo, apesar das inúmeras dificuldades, fielmente o Plano de Ação para Implantação do Sistema de Controle Interno do Município de Boa Esperança/ES.

Equipe de Elaboração

Cleuton Ladislau
Controlador-Geral do Município

Nayanna Chaves de Oliveira Pasti
Contadora

Boa Esperança/ES, 30 de março de 2016.